

Evento: XXV Seminário de Iniciação Científica

**AVALIAÇÃO DAS PRESCRIÇÕES REFERENTE A ANTIMICROBIANOS
DISPENSADOS EM UM ESTABELECIMENTO FARMACÊUTICO¹
ASSESSMENT OF THE PRESCRIPTIONS ANTIMICROBIALS DISPENSED
IN A PHARMACEUTICAL ESTABLISHMENT**

Fernanda Roberti²

¹ Trabalho realizado na disciplina Estágio VI: Farmácias e Drogarias do Curso de Graduação em Farmácia da Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul - UNIJUI

² Aluna do curso de Farmácia da Unijui

Aluna do Curso de Graduação em Farmácia do Departamento de Ciência da Vida da UNIJUI,
fer27.12@hotmail.com

Professora do Departamento de Ciências da Vida da UNIJUI, Orientadora,
angelica.moreira@unijui.edu.br

INTRODUÇÃO

Os antibióticos são compostos naturais ou sintéticos capazes de inibir o crescimento ou causar morte de fungos ou bactérias (GUIMARÃES, *et al*, 2010). Para que ocorra a dispensação desta classe farmacológica, é necessário que seja seguida de acordo com a RDC n° 20 de 2011, na qual é determina que a receita deve ser prescrita em receituário simples, com validade de 10 dias após a data da emissão. Dispõem também que a retenção deve ser feita da 2° via sendo que a primeira deve ser entregue ao paciente (BRASIL, 2011).

Os antibióticos podem ser utilizados de forma profilática e terapêutica, porém, o seu emprego crescente e indiscriminado é o principal fator relacionado com emergências de cepas microbianas resistentes. O uso adequado e inadequado, tanto profilático quanto empírico, doses sub terapêuticas e com duração prolongada, bem como a indicação para febre sem origem pré-definida e infecções virais, são equívocos comuns que resultam em seleção bacteriana e consequentemente, aumento da resistência bacteriana (CARNEIRO, *et al.*, 2011).

Pode-se elencar, ainda, que a prática da automedicação e o acesso não controlado a medicamentos são fatores que agravam o quadro geral de uso de fármacos, particularmente dos antimicrobianos. Conforme preconiza a RDC 44/10, posteriormente revogada pela RDC 20/11, as normas de prescrição e dispensação devem estar centradas a fim de controlar a comercialização dos antimicrobianos, para que se tenha o uso racional destes fármacos, proporcionando ao paciente a oportunidade de receber medicamentos eficazes, seguros e de qualidade, em condições adequadas, na dose certa, por período de tempo definido e a baixo custo (CARNEIRO, *et al.*, 2011; BRASIL, 2011; BRASIL, 2012; SILVERIO, LEITE, 2010).

O farmacêutico ao dispensar medicamentos deve orientar os usuários sobre o uso racional

Evento: XXV Seminário de Iniciação Científica

tornando-os eficazes ao tratamento. Desta forma, o objetivo deste trabalho é avaliar as prescrições, dando ênfase às prescrições contendo antimicrobianos a fim de verificar se as informações presentes estão de acordo com a legislação vigente.

METODOLOGIA

Trata-se de um relato de experiência da disciplina Estágio VI: Farmácias e Drogarias, realizado em uma Drograria localizada no município de Ijuí/RS. Durante o período de estágio, fez-se uma análise das prescrições recebidas pelo período de 30 dias. A análise baseou-se na verificação de informações essenciais, como: dados do paciente; dados do prescritor; receituário de caráter clínico particular ou do Sistema Único de Saúde (SUS); posologia e em quantos receituários eram prescritos antimicrobianos.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

Os dados foram obtidos através da análise das prescrições, com autorização da farmacêutica, totalizando 95 prescrições que equivale a 100%, avaliadas no período de Março de 2017, durante 30 dias. Das prescrições analisadas, 52% apresentaram medicamentos antimicrobianos; 49% a posologia estava de acordo com a legislação; 94% continham dados do prescritor e 100% das prescrições continham os dados do paciente. As prescrições de origem clínica particular totalizaram 53% e 42% eram provenientes de consultas médicas pelo SUS.

As prescrições de ordem médica são dirigidas ao farmacêutico com a finalidade do cumprimento da terapia medicamentosa, sendo então um relevante elo de comunicação entre os profissionais envolvidos no cuidado ao paciente, e fornecendo registros de informações que possibilitem o estudo do seu consumo. Podemos elencar que a falta de informação pode afetar a comunicação entre os profissionais envolvidos, prejudicando o tratamento, levando a erros de medicação, impedindo a eficiência do trabalho de dispensação dos medicamentos e deste modo interferindo na qualidade da assistência farmacêutica ao paciente (SILVERIO, LEITE, 2010; CAMARGO, *et al.*, 2012; CARDINAL, *et al.*, 2012)

As prescrições devem conter: nome do paciente, registro, data, nome do medicamento a ser administrado, dosagem, via de administração, frequência, horário da administração e assinatura do médico (FREIRE; GIMENES; CASSIANI, 2004). Segundo a RDC nº 10/01 que ressalta a obrigatoriedade do uso da DCB (Denominação Comum Brasileira) ou da DCI (Denominação Comum Internacional), caso o medicamento seja prescrito em instituição pública (BRASIL, 2001).

Segundo Guzatto e Bueno (2007), conceituam-se erros de prescrição como sendo qualquer evento evitável que pode causar dano ao paciente ou então dar lugar a uma utilização inapropriada dos medicamentos, quando estes estão sob o controle dos profissionais de saúde, do paciente ou do consumidor. Os erros devido à prescrição contribuem significativamente para o total de índices de erros de medicação e portanto têm elevado potencial para resultarem em consequências maléficas para o paciente (FREIRE, *et al.*, 2004).

Evento: XXV Seminário de Iniciação Científica

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao realizar este estudo foi possível identificar a ausência de dados considerados essenciais numa prescrição com o intuito de obter uma dispensação segura e racional de antimicrobianos, podendo levar à ineficiência do tratamento. Os dados apresentados no presente estudo fazem-se relevantes para as equipes de saúde identificarem e promoverem melhorias a fim de minimizar riscos para a saúde dos pacientes atendidos na rede pública brasileira.

Foi identificada a ausência de várias informações essenciais nas prescrições, tais como informações de dose, posologia (intervalo entre as doses), e a duração total do tratamento. Ainda se discute sobre a importância dos dados do prescritor no receituário, o qual neste estudo foi bem relevante, mas não atinge-se 100%.

Acredita-se que a inserção do farmacêutico em discussões clínicas possa melhorar a qualidade das prescrições medicamentosas e, conseqüentemente aumentar a eficácia e segurança farmacológica.

Palavras chave: antibiótico; farmácia; receituário

Keywords: antibiotic; drugstore; prescription

REFERÊNCIAS

BRASIL. Ministério da Saúde. Portaria SVS/MS nº 20, 5 de maio de 2011. Resolução Colegiada da Agência Nacional da Vigilância Sanitária. 2011.

BRASIL, Ministério da Saúde. **Uso racional de medicamentos: temas selecionados**. 1ed. Brasília: Editora MS, 2012. RESOLUÇÃO DA DIRETORIA COLEGIADA RDC 20/11 Disponível em:http://www2.rio.rj.gov.br/vigilanciasanitaria/legislacao/resolucao_rdc_20.pdf

BRASIL. Resolução Diretoria Colegiada RDC n: 10 de 02 de janeiro de 2001. Estabelece o regulamento técnico para medicamentos genéricos. Disponível em: http://www.anvisa.gov.br/legis/resol/10_01rdc.htm

CAMARGO, E. C. G. *et al* . Proposta sobre uso de dados de receitas de

antimicrobianos retidas: a experiência EUREQA. **Cadernos de Saúde Pública**, Rio Janeiro, v. 28, n. 5, p. 985-990, maio. 2012.

Evento: XXV Seminário de Iniciação Científica

CARDINAL, L. S. M. *et al.* Caracterização das prescrições medicamentosas em unidade de terapia intensiva adulto. **Revista Brasileira de Terapia Intensiva**, São Paulo, v. 24, n. 2, p.151-156 abr./jun. 2012.

CARNEIRO, Marcelo *et al.* O uso de antimicrobianos em um hospital de ensino: uma breve avaliação. **Revista da Associação Médica Brasileira**, v. 57, n. 4, p. 421-424, 2011.

FREIRE, Claudia Câmara; GIMENES, Fernanda Raphael Escobar; CASSIANI, Silvia Helena Bortoli. Análise da prescrição informatizada, em duas clínicas de um hospital universitário. **Medicina (Ribeirao Preto. Online)**, v. 37, n. 1/2, p. 91-96, 2004.

GUIMARÃES, Denise Oliveira *et al.* Antibióticos: importância terapêutica e perspectivas para a descoberta e desenvolvimento de novos agentes. **Química Nova**, v. 33, n. 3, p. 667-679, 2010.

GUZATTO, Paula; BUENO, Denise. Análise de prescrições medicamentosas dispensadas na farmácia de uma Unidade Básica de Saúde de Porto Alegre-RS. **Revista HCPA. Porto Alegre, RS. Vol. 27, n. 3 (2007), p. 20-26**, 2007.

SILVERIO, M. S.; LEITE, I. C. G. Qualidade das prescrições em município de Minas Gerais: uma abordagem farmacoepidemiológica. **Revista da Associação Médica Brasileira**, São Paulo, v. 56, n. 6, p. 675-680, set. 2010.